

DIFICULDADES DA GESTANTE SURDA NAS CONSULTAS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NO BRASIL

Ivia Mara Matos Dias¹

Jacqueline dos Santos Silva²

Orientador: Matheus Luamm Santos Formiga³

Coorientadora: Ana Clara Cruz Santos⁴

RESUMO

A gestação é um momento delicado para toda mulher. É durante o pré-natal que são feitos diagnósticos no feto, por condições genéticas ou hereditárias, ou o diagnóstico de doenças na mãe que podem provocar surdez no feto, como toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus. Considerando a importância do pré-natal e as barreiras de comunicação encontradas pelas gestantes surdas, esta é uma pesquisa bibliográfica que tem por finalidade encontrar na literatura textos publicados nos últimos 5 anos que abordem o tema com o objetivo geral de compreender o processo de relacionamento das gestantes surdas com profissionais da Enfermagem na Atenção Básica de Saúde no Brasil. Após definir os critérios de inclusão e exclusão, foram aplicados marcadores *booleanos* em plataformas da saúde e selecionados os textos que abordavam a temática proposta, chegando ao resultado de 03 textos. A conclusão desta pesquisa retrata a necessidade dos Profissionais da Saúde, principalmente Enfermeiros, se especializarem em LIBRAS para promoção de qualidade na prestação de serviços e autonomia da gestante surda nas consultas de pré-natal.

Palavras-chave: Consulta de enfermagem. Grávida. Pessoa com deficiência auditiva. Surdez. Unidade Básica de Saúde.

RESUMEN

La gestación es un momento delicado para toda mujer. Es durante el prenatal que se hacen diagnósticos en el feto, por condiciones genéticas o hereditarias, o el diagnóstico de enfermedades en la madre que pueden provocar la sordera en el feto, como toxoplasmosis, rubéola y citomegalovirus. Considerando la importancia del prenatal y las barreras de comunicación encontradas por las gestantes sordas, esta es una investigación que tiene por finalidad encontrar en la literatura textos publicados en los últimos 5 años que aborden el tema con el objetivo general de comprender el proceso de relación de las gestantes sordas con los profesionales de la Enfermería en la Atención Básica de Salud en Brasil. Después de establecer los criterios de inclusión y exclusión, fueron aplicados los marcadores *booleanos* en plataformas de la salud y seleccionados los textos que abordaban la temática propuesta,

¹ Discente do curso de Enfermagem da Faculdade São Luís de França. E-mail: ivia.mara@sousaoluis.com.br.

² Discente do curso de Enfermagem da Faculdade São Luís de França. E-mail: Jacqueline.santos@sousaoluis.com.br

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Gestão Escolar e Educação Empresarial pela Faculdade Jardins (FAJAR); Licenciado em Letras Português pela Faculdade São Luís de França (FSLF); Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: matheus.formiga@sousaoluis.com.br.

⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Graduada em Enfermagem Bacharelado pela Universidade Tiradentes UNIT-SE; Mestre em Saúde e Ambiente PSA-UNIT. Especialista em Saúde Pública com ênfase na Estratégia de Saúde da Família, Enfermagem do Trabalho e Auditoria em Serviços de Saúde. E-mail: ana.cruz@sousaoluis.com.br.

resultando el total de 3 textos. La conclusión de esta investigación retrata la necesidad de los Profesionales de la Salud, principalmente los Enfermeros, en capacitarse en LIBRAS para la promoción de calidad en la prestación de servicios y autonomía de las gestantes sordas en las consultas de prenatal.

Palabras clave: Consulta de enfermería. Embarazada. Persona con deficiencia auditiva. Sordera. Unidad Básica de Salud.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Vieira et al. (2021, p. 2), a comunicação constitui-se como uma das bases de estrutura da sociedade, pois engloba todas as áreas de convívio dos seres humanos. Contudo, a comunicabilidade só deve ser considerada adequada quando a mensagem é recebida com o mesmo intuito da que foi enviada (OLIVEIRA YCA et al, 2015 apud VIEIRA et al, 2021, p. 2). Ainda que, dois indivíduos falem o mesmo idioma, a mensagem enviada pode ser mal interpretada, causando problemas de comunicação. Nesse contexto de que o indivíduo surdo se comunica através da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), e está inserido em um meio majoritariamente ouvinte e falante, automaticamente, interpretamos que problemas de comunicação entre surdos e ouvintes são uma realidade incontestável.

Após observar que a disciplina de LIBRAS na grade curricular dos cursos da área de saúde não é suficiente para promover um atendimento de qualidade ao público surdo, surgiu a preocupação de como tem sido o atendimento das consultas de Enfermagem dentro das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil. Ainda em 2022, pudemos encontrar na literatura acadêmica que a maioria dos estudos que abordam a inclusão do surdo aos cuidados em saúde relata a dificuldade de comunicação devido à falta de treinamento dos profissionais da área da saúde (SOUZA et al., 2022, p. 10), sendo necessário que o surdo abdique da própria cultura linguística para se adequar às limitações da assistência.

Mesmo tendo sido reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais ainda é pouco difundida no meio acadêmico. Pode-se inferir que falta de preparo do profissional da saúde em atender o paciente surdo ocasionou a ausência de textos com maior nível de relevância científica no âmbito da Enfermagem nos últimos 5 anos. A deficiência na grade curricular com relação a essa abordagem e a ausência de discussões a respeito do tema durante o curso de Enfermagem serviu de alerta e de motivação para esta pesquisa, já que problemas de comunicação provocados pela barreira da linguagem influenciam

diretamente no cumprimento de deveres previsto pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

Uma vez que a maior dificuldade entre as pessoas com deficiência auditiva e as sem deficiência auditiva está na comunicação (ALBUQUERQUE; SOBRINHO, 2019, p. 10) para a realização deste trabalho, consideramos a acessibilidade do público em geral ao conteúdo de propagandas existentes na televisão aberta, durante todo o ano a respeito da importância da realização do pré-natal, que deve ser iniciado ainda nos primeiros meses de gestação. Pois como é percebido, a pessoa com deficiência auditiva não tem o mesmo tipo de acesso às mesmas informações.

Sendo assim, este trabalho em investigar como se dá o processo de relacionamento das gestantes surdas e profissionais da Enfermagem na Atenção Básica de Saúde no Brasil, e averiguar a qualificação desses enfermeiros, identificando o tipo de recursos que são utilizados dentro das UBS direcionados ao atendimento do público surdo.

Dessa maneira, este estudo delimita-se ao atendimento às gestantes surdas, por se tratar de um público que é alvo de campanhas anuais dentro e fora das UBS e, conforme pesquisado, demonstra ter menos acesso à informação que gestantes ouvintes, e aos enfermeiros atuantes nas UBS, que geralmente são os responsáveis por acompanhar essas mulheres grávidas durante todo o pré-natal e pós-parto.

Esta pesquisa possui como objetivo geral compreender o processo de relacionamento das gestantes surdas com profissionais da Enfermagem na Atenção Básica de Saúde no Brasil. Os objetivos específicos estão voltados para analisar a relação do surdo com a LIBRAS na formação do Profissional de Saúde; avaliar o cuidar da gestante surda na Atenção Básica de Saúde; apresentar recursos encontrados na promoção do atendimento à gestante surda.

Dentro dessa temática, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com metodologia e abordagem qualitativa, que retratasse o tema proposto com o intuito de identificar as dificuldades vivenciadas por gestantes surdas nas consultas de Enfermagem realizadas na atenção básica de saúde no Brasil.

No primeiro momento, após definir o tema da pesquisa, buscamos na plataforma de Descritores em Ciência da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS - BVS) as palavras-chave relacionadas ao tema para compor esta pesquisa. Em seguida buscamos artigos relacionados ao tema publicados nos últimos 5 anos (2018 – 2023) nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (Lilacs), *Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde* (BIREME), *PubMed*, *Cochrane Library* e *Scholar Google*. Para realização da busca nas

plataformas, foram utilizadas as palavras-chave *Grávida*, *Surdez*, *Pessoa com deficiência auditiva*, *Consultas de enfermagem* e *Unidade Básica de Saúde*, utilizando os marcadores booleanos *AND* e *OR* para otimização da pesquisa. Sendo assim, a estratégia de busca se deu desta forma: “grávida *AND* surdez *OR* pessoa com deficiência auditiva *AND* consultas de enfermagem *AND* unidade básica de saúde”.

Foram encontrados textos que abordassem o tema, independentemente de sua relevância científica, apenas nas plataformas Lilacs (2), BIREME (2) e *Scholar Google* (454). Após busca, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram selecionados os textos publicados nos últimos 5 anos (2018-2023), em língua portuguesa, acessíveis, que fossem sobre estudos sobre a população brasileira, que pudessem ser lidos de forma gratuita e que abordassem o tema da pesquisa. Nos critérios de exclusão, optamos pelos textos fora da margem de publicação dos últimos 5 anos (2018-2023), escritos em idioma que não fosse português, que não retratasse a população brasileira, que fossem artigos de revisão, trabalho de conclusão de pós-graduação *lato sensu*, mestrado ou doutorado, que tivessem acesso bloqueado ou pago e que não abordassem nenhum dos tópicos relevantes para esta pesquisa.

Apesar da relevância do tema, foi um desafio encontrar artigos que tratassem o assunto da inclusão do surdo na Atenção Básica de Saúde. Devido à baixa quantidade de textos que retratavam o assunto de forma completa, durante o processo de seleção do texto foram considerados os artigos que apresentavam a mulher gestante e surda em diversos setores da Saúde Pública.

A priori foram excluídos os artigos repetidos (2) e em seguida foram lidos os títulos e resumos com o intuito de selecionar os textos. Após primeira seleção (31), os textos foram lidos na íntegra e foram selecionados apenas os textos que versavam sobre a proposta do nosso tema de pesquisa e que atendessem aos critérios de inclusão e exclusão estipulados, restando o total de 03 textos.

Fluxograma da Metodologia

Identificação	Artigos identificados no banco de dados: 458
	<i>BIREME</i> : 2
	<i>Cochrane Library</i> : 0
	<i>LILACS</i> : 2
	<i>PubMed</i> : 0

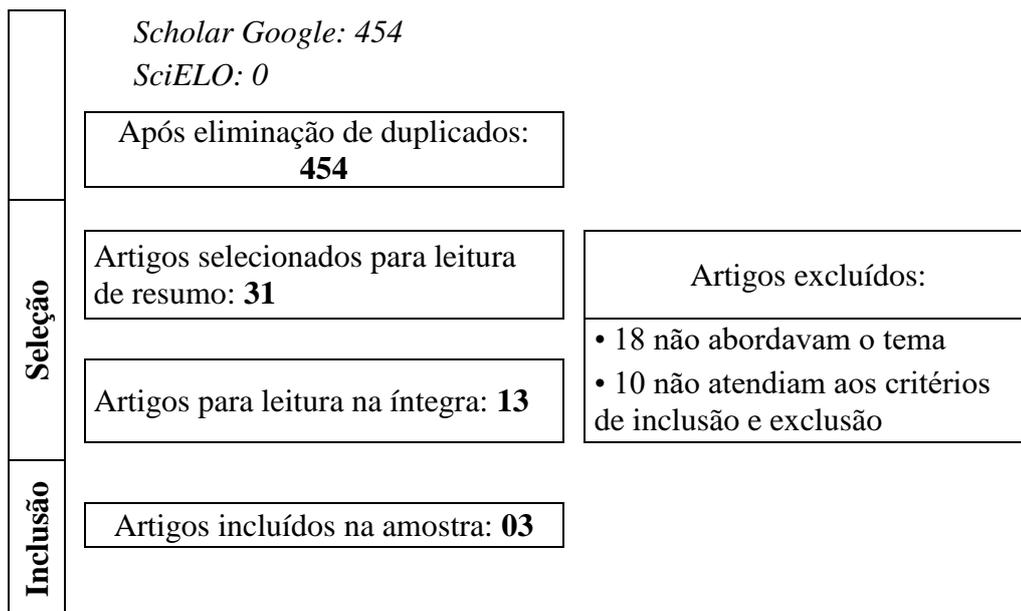


Figura 1: Fluxograma da metodologia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 RELAÇÃO DO SURDO COM A LIBRAS E O PROFISSIONAL DA SAÚDE

Define-se “surdez” como “privação total ou parcial do sentido de ouvir” (SURDEZ, 2023). Realce que ela pode ser adquirida, quando se perde a audição por algum motivo, ou congênita, quando o indivíduo nasce surdo devido a genética ou até mesmo má formação do feto.

Como prevenção à surdez, o pré-natal é o cuidado de saúde mais eficaz por diagnosticar e tratar complicações precocemente. É durante o pré-natal que o diagnóstico por condições genéticas ou hereditárias é feito, assim como também é feito o diagnóstico de doenças que podem provocar surdez no feto, como toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus (ALENCASTRO, 2018).

Nos dias de hoje é comum vermos nos canais abertos de televisão propagandas durante todo ano que informam sobre a importância da realização do pré-natal como prevenção de doenças. No entanto, pouco se vê falar sobre a inclusão social de pessoas com deficiência auditiva, um dos problemas que podem ser diagnosticados durante o pré-natal. Inclusive, o acesso a esse tipo de informação também ocorre de forma diferenciada quando se trata do surdo, pois apenas incluir intérpretes de libras em propagandas não é o suficiente para lidar com as lacunas entre o ouvinte e não ouvinte (SILVA et al, 2019).

Segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 584), “vivemos em uma sociedade na qual a língua oral é imperativa”. Essa imposição linguística faz com que qualquer outro meio de comunicação, como a Linguagem de Sinais, seja considerado inferior. Essa visão de hierarquia da língua falada acaba por desconsiderar o *status* de língua da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), considerando-a apenas gestos simbólicos utilizados por pessoas que não conseguiram desenvolver a língua oral.

Ouvintes e não ouvintes se desenvolvem e aprendem a se comunicar de forma diferente desde que nascem. Enquanto ouvintes entram em contato com a língua oral, crianças não ouvintes aprendem a se comunicar através de gestos. O fato de terem aprendido diferentes formas de se comunicar não implica dizer que uma forma é melhor do que a outra, mas o que vemos é que as tentativas de integração social do surdo consistem em atividades de reabilitação através de implante auditivo e percepção auditiva resultantes de treinamento de fala, pois “a sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo e não oferece condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem”. (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 587).

O raciocínio de que a língua oral prevalece sobre a língua de sinais e sobre o surdo impossibilita o processo de integração social do surdo, pois além de não ter sua forma de comunicação respeitada, ele não é compreendido pelos ouvintes. LIBRAS é a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida pela LEI nº 10.436 e, por assumir a função da língua oral, deve ter seu *status* de língua preservado. Mesmo 11 anos após ter sido sancionada, o que se vê ainda é descaso e o sentimento de pouca relevância da sociedade perante a comunicação com o surdo.

Segundo Quadros e Cruz (2009, p. 87), “a estimulação da área de linguagem, principalmente na língua de sinais de surdos filhos de pais ouvintes, faz-se necessária, pois a maioria das crianças inicia a aquisição de forma tardia”. Uma vez que possa se desenvolver e consolidar sua linguagem, o ideal seria que o surdo tivesse acesso à língua de sinais nos 3 primeiros anos de vida para que pudesse desenvolvê-la naturalmente a partir dos estímulos, mas o que acontece no Brasil é identificação tardia da surdez e o contato com a língua de sinais se dá mais tardiamente ainda, causando atraso na compreensão e expressão, considerando a faixa etária.

A falta de acesso dos surdos ao sistema de educação adequado para o desenvolvimento de sua própria forma de se comunicar e estar inserido na cultura surda na qual faz parte dificulta a inserção social do surdo no universo da oralidade, pois a disponibilidade de intérpretes de LIBRAS, não facilitaria o contato entre ouvinte e não ouvinte. Com isso, entende-se que, apesar da Lei nº 10.980 de 19 de dezembro de 2000 dispor à acessibilidade a todos os portadores de

qualquer deficiência e sua inserção igualitária na sociedade, o surdo continua excluído da sociedade.

A exclusão do indivíduo surdo também reflete no âmbito da saúde. Já é sabido que a sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, mas quando legalmente sabe-se que, segundo o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, “é responsabilidade da equipe de saúde estender o acolhimento integral e humanizado à pessoa surda, portanto, a formação desses profissionais deve capacitá-los para a particularidade desse atendimento” (GOMES et al., 2020 apud SOUZA et al., 2022, p. 3).

Mesmo que a disciplina de LIBRAS tenha sido incluída na grade curricular dos cursos da área da saúde, o que se vê é que “a comunicação entre enfermeiros e pacientes surdos é um dos grandes desafios para esses profissionais” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2020, p. 6). A dificuldade causada pela comunicação ineficaz pode gerar vários contratempos no que diz respeito à saúde do paciente surdo, fazendo-se necessário que esses profissionais sejam proficientes em LIBRAS ou que, pelo menos, esses pacientes e profissionais possam ter suporte de um intérprete de LIBRAS. O que nos leva diretamente ao problema sobre a base educacional desse indivíduo surdo e como ele se relaciona com o meio ouvinte.

2.2 O CUIDAR DA GESTANTE SURDA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

O problema de comunicação entre surdos e ouvintes existe e devemos considerar que a comunicação é uma das bases de estrutura da sociedade. A mensagem que não é compreendida após enviada gera desconforto e pode criar situações embaraçosas e até perigosas quando o foco é a saúde (VIEIRA et al., 2021). Como toda a população ouvinte, o surdo também tem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e deve ter seus direitos garantidos de acordo com as normas legais em vigor e os princípios do SUS.

Do mesmo modo que a gestante ouvinte, a gestante que é surda também deve passar pelo processo de pré-natal, pois durante o pré-natal pode-se identificar problemas que podem prejudicar a saúde da mulher e do feto. É de extrema importância que esse processo tenha início nos primeiros meses de gestação, uma vez que o pré-natal é a melhor forma de prevenir e tratar doenças que podem aparecer durante esse período.

A gestação por si só já é um momento muito delicado para a mulher. Ocorrem mudanças que não são apenas físicas que podem influenciar na forma que a mulher atua frente as adversidades (SILVA et al, 2019). A assistência durante o pré-natal é feita, na maioria das vezes, pela equipe de enfermagem das Unidades Básicas de Saúde e é de extrema importância que

todas as informações a respeito da gestação e tudo o que está relacionado a ela seja transmitida de maneira clara, objetiva e de fácil compreensão, coisa que pode ser considerada um dos maiores desafios tanto para a equipe de enfermagem quanto para a gestante surda.

Em um momento tão delicado para a mulher, o problema de comunicação entre ouvintes e não ouvintes, que já era considerado um problema grave, passa a ser ainda mais crítico, pois é essencial que a gestante surda se sinta acolhida e seja bem orientada pela equipe de enfermagem para que complicações na gesta sejam evitadas (RODRIGUES et al., 2022).

É fato que existe a necessidade de profissionais da área da saúde serem proficiente em LIBRAS, mas se houvesse ao menos intérpretes de LIBRAS em todos os níveis de atenção à saúde os problemas de comunicação seriam atenuados. Ainda que haja problema na educação de base do surdo, a presença do intérprete facilitaria o trabalho do enfermeiro e complicações ou desconfortos seriam evitados. Porém a presença desse Profissional da Inclusão, ou até mesmo de um acompanhante ouvinte que compreenda o surdo influencia no sigilo entre paciente e profissional da saúde, tirando o direito de privacidade do paciente (FERREIRA et al., 2019).

O Conselho Federal de Enfermagem dispõe dos direitos, deveres e proibições do Enfermeiro, segundo a Resolução Nº 564/2017. Com base nessa resolução, pode-se dizer que muitos dos serviços prestados pelo Enfermeiro, sendo esses seus deveres, são por vezes prejudicados, seja por ele e/ou pelo paciente surdo não saberem LIBRAS ou pelo paciente surdo não saber o português escrito.

Art. 38 Prestar informações escritas e/ou verbais, completas e fidedignas, necessárias à continuidade da assistência e segurança do paciente.

Art. 39 Esclarecer à pessoa, família e coletividade, a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da assistência de Enfermagem.

Art. 40 Orientar à pessoa e família sobre preparo, benefícios, riscos e consequências decorrentes de exames e de outros procedimentos, respeitando o direito de recusa da pessoa ou de seu representante legal.

Art. 41 Prestar assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 42 Respeitar o direito do exercício da autonomia da pessoa ou de seu representante legal na tomada de decisão, livre e esclarecida, sobre sua saúde, segurança, tratamento, conforto, bem-estar, realizando ações necessárias, de acordo com os princípios éticos e legais.

Art. 43 Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade da pessoa, em todo seu ciclo vital e nas situações de morte e pós-morte.

Art. 48 Prestar assistência de Enfermagem promovendo a qualidade de vida à pessoa e família no processo do nascer, viver, morrer e luto. (COFEN, 2017)

Assim sendo, para realizar os deveres estabelecidos pela Resolução N° 564/2017 (COFEN, 2017) é preciso que haja comunicação. Para que haja esclarecimentos acerca da intervenção da enfermagem a comunicação eficaz se faz necessária. Para comunicar-se, mesmo que de forma escrita, é necessário que a gestante surda saiba compreender o português escrito. Para orientar a gestante sobre risco e consequência de exames, assim como entender a recusa da gestante surda, é necessário que a comunicação seja satisfatória. Do mesmo jeito, para que não exista discriminação, é essencial que a gestante surda se sinta acolhida pela equipe de enfermagem.

Além disso o exercício de autonomia da gestante surda já é afetado a partir do momento que é necessária a presença de uma terceira pessoa para que exista uma comunicação eficiente, da mesma forma que isso fere com o respeito de seu pudor, privacidade e intimidade (RODRIGUES et al., 2022). Para prestar assistência de Enfermagem, promovendo a qualidade de vida à gestante surda, é primordial que a comunicação não seja considerada um desafio por ambas as partes.

Segundo Oliveira e Queiroz (2020), uma das formas de comunicação utilizada pelos enfermeiros é o pictograma – ferramenta de exibição de elementos visuais. Assim eles podem identificar sintomas como dor, vômito, diarreia, entre outros. Essa de longe é a forma mais eficiente de comunicação. Limitar sintomas a um leque de opções que pode não representar a situação em que o paciente se encontra, ou direcionar erroneamente o paciente a uma dessas opções, que pode resultar em um mau diagnóstico.

A gestante surda, por sua vez, precisa de acompanhamento contínuo desde o pré-natal, principalmente, até o pós-parto. Ela precisa, acima de tudo, se sentir confortável para que o atendimento possa fluir de forma adequada. A partir do momento em que essa paciente sente que tem sua privacidade invadida, muito dificilmente ela dará continuidade ao acompanhamento do pré-natal. A não realização desse acompanhamento pode acarretar sérios problemas tanto para a gestante quanto para o bebê. Esse sentimento de não autonomia, invasão de privacidade e não participação da consulta com o enfermeiro pode surgir quando, para coleta de dados, o enfermeiro se direciona ao acompanhante da paciente surda, criando uma barreira de comunicação com o paciente surdo (FERREIRA et al., 2018 apud OLIVEIRA; QUEIROZ, 2020).

2.3 RECURSOS DE ATENDIMENTO À GESTANTE SURDA

De fato, sem a possibilidade de comunicação efetiva entre falantes e não falantes, o surdo não está integrado socialmente, uma vez que consideramos que a comunicação é o alicerce da sociedade (SILVA et al., 2019). Foi pensando na premissa da não inclusão da gestante surda, comumente acompanhada por Profissionais de Enfermagem, aos cuidados básicos de saúde de maneira adequada e eficaz que esta pesquisa teve como objetivo analisar na literatura textos que abordassem o tema proposto. Afinal, se existem lacunas na comunicação entre o surdo e o Profissional da Saúde, era necessário investigar quais os recursos utilizados durante o atendimento à essa gestante surda.

A pesquisa realizada chegou ao resultado de 03 artigos que abordavam a temática deste trabalho de pontos de vista diferentes. O 1º texto encontrado, intitulado de “*A comunicação como Ferramenta de acessibilidade às mulheres surdas no pré-natal*” (SILVA et al., 2019), apresenta a comunicação como forma de acessibilidade, independência e segurança na consulta de pré-natal da gestante surda. Esses autores fizeram entrevista com uma gestante surda a respeito de seu acompanhamento pré-natal realizado em ambiente hospitalar. O foco do texto estava em apresentar as barreiras existentes devido aos problemas de comunicação entre gestante surda e Profissional da Saúde e avaliar a qualificação desses profissionais ao lidar com a paciente surda. A conclusão do trabalho foi o despreparo desses profissionais e a necessidade de especialização em LIBRAS ou, no mínimo, a presença de um intérprete de LIBRAS à disposição da equipe.

O 2º texto encontrado, intitulado “*Assistência à gestante surda: barreiras de comunicação encontradas pela equipe de saúde*” (FERREIRA et al., 2019), relata o problema de comunicação desde o ponto de vista da equipe de saúde. O trabalho dos autores constatou através de entrevista com Profissionais da Saúde de um hospital público, principalmente com enfermeiros, o prejuízo na qualidade dos serviços prestados às gestantes surdas, refletindo sobre a baixa busca de capacitação de Profissionais da Saúde que possuem mais tempo de atuação. A conclusão da pesquisa é a incontestável necessidade da capacitação em LIBRAS para promoção de melhor qualidade de atendimento às gestantes surdas, preservando o sigilo paciente-profissional.

Por fim, o 3º texto encontrado, intitulado como “*Percepções da mulher surda acerca do cuidado no Sistema de Saúde da Gestação ao Puerpério*” (RODRIGUES et al., 2022), aborda a forma como a gestante surda se enxerga dentro no processo de gestação dentro da Saúde Pública desde o pré-natal até o pós-parto e puerpério. O trabalho também teve como suporte entrevista realizada pelos autores com 09 mulheres surdas acerca de seus atendimentos durante a gestação e puerpério. A problematização gira em torno da falta de protagonismo da mulher

surda enquanto gestante devido aos problemas existentes por comunicação inadequada, apontando que a lacuna no atendimento muitas vezes é preenchida por pesquisas em outros meios de informação sem garantia de segurança. Além disso, o texto traz a informação essencial de que nem todos os acompanhantes falantes das gestantes surdas possuem conhecimento em LIBRAS ou consegue se comunicar de forma clara com ela, tornando superficiais as informações passadas durante as consultas. Dessa maneira, os autores defendem a capacitação dos Profissionais da Saúde em LIBRAS como maneira de preservar a humanização do atendimento da gestante surda, promovendo sua autonomia durante a gesta.

Todos os textos apontam para o mesmo resultado: os Profissionais da Saúde não estão preparados para atender de forma adequada a gestante surda. Silva et al. (2019) retrata que a comunicação não apenas é uma forma de interação, mas representa credibilidade, segurança e acima de tudo independência. A necessidade de um mediador entre a gestante surda e o Profissional da Saúde interfere na privacidade do paciente, também mencionado por Ferreira et al (2019), e a sensação de segurança nem sempre é o resultado. Assim, fica claro que a presença de uma terceira pessoa pode ser considerada um alívio, quando a paciente se sente tranquila pois é possível que exista comunicação eficaz, ou desconfortável, quando pensamos na invasão de privacidade da paciente.

A insegurança no atendimento também parte do profissional, pois a comunicação falha afeta na eficácia do procedimento a ser feito. A forma de mecanismo de comunicação mencionada no texto de Silva et al. (2019) é a presença de um intermediário que facilita o atendimento paciente-profissional ou a utilização de gestos, além da língua portuguesa escrita para os pacientes que possui formação.

Apesar de não ter sido realizada no ambiente de Atenção Básica, a entrevista aplicada por Ferreira et al. (2019) aos Profissionais de Saúde de diversas áreas, principalmente enfermeiros, de um hospital público em Recife também aborda a insegurança na eficácia do atendimento à gestante surda. Os autores problematizam sobre a qualidade dos serviços prestados à gestante surda devido à problemas de comunicação desde a coleta de dados a realização de procedimentos. Além disso, é feita uma breve reflexão acerca da baixa busca por capacitação em LIBRAS dos Profissionais da Saúde que atuam no atendimento ao surdo, principalmente dos que se formaram há mais tempo. Também é abordado que a forma de comunicação com a gestante surda acontece a partir de leitura labial, gestos, mímica e presença de acompanhante, que interfere no sigilo profissional-paciente e na independência da gestante surda.

Rodrigues et al (2022) retrata a realidade de 09 mulheres surdas que foram assistidas pela Atenção Primária desde o pré-natal até o puerpério. Ele reafirma o que foi descrito nos textos anteriores trazendo informações complementares, como o sentimento de angústia da gestante surda por não poder se comunicar com o enfermeiro de forma direta e a insegurança pelas informações superficiais que são repassadas pelo acompanhante da paciente que não necessariamente conhece a LIBRAS.

Rodrigues et al. (2022) afirma que a perda da autonomia da mulher e do seu papel de gestante é afetada pela falta de comunicação direta com o profissional, sendo a gestante surda excluída do seu próprio atendimento, visto que muitas das vezes o profissional se direciona somente ao acompanhante. Além de que, nem sempre esse acompanhante conhece a LIBRAS ou consegue se comunicar facilmente com a paciente, tornando válida a preocupação de que as orientações não cheguem ao paciente de forma correta. Ademais, as entrevistadas apontam sempre a participação de um acompanhante nas consultas como forma de conforto, mas também demonstra dependência, indicando que a ausência do intermediador faz com que as gestantes surdas desistam das consultas por não conseguir se comunicar adequadamente.

Problemas de comunicação refletem nos serviços prestados desde o pré-natal ao puerpério podendo gerar outros problemas, como é o caso do desmame precoce. O que percebemos nos textos selecionados é que todos eles mencionam mímica como recurso principal de comunicação com o surdo, nem sempre resultando em atendimento adequado e fazendo-se necessária a capacitação dos diversos Profissionais da Saúde em LIBRAS, posto que a comunicação direta com a gestante surda proporcionaria atendimento adequado, respeitando o sigilo profissional-paciente e preservando sua autonomia como mulher e protagonista da gesta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se perceber que a equidade, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), não funciona de maneira eficiente quando o atendimento é direcionado ao público surdo. Os desafios enfrentados pelos surdos demonstram a forma como ainda existe um longo caminho a percorrer para que o surdo seja integrado socialmente. Ainda que, atualmente o acesso à informação seja livre e a tecnologia continue avançando, a sociedade ouvinte parece não saber como atuar frente ao surdo. Saber da necessidade de aprender LIBRAS e se recusar a fazê-lo é uma forma de excluir o surdo do mundo ouvinte, impossibilitando sua integração social.

Durante a gestação, mesmo quando a mulher surda deveria ser considerada a protagonista, as barreiras de comunicação afetam diretamente sua autonomia, interferindo em suas preferências e escolhas, roubando-lhe seu momento mais precioso. A prestação de serviço promovida pela Enfermagem e os demais Profissionais de Saúde não atende ao princípio básico de transmitir segurança, orientar e instruir a gestante surda durante seu atendimento de pré-natal.

Também fica evidente durante esta pesquisa a necessidade de mais estudos acerca do atendimento da gestante surda nas instituições de Saúde Pública, principalmente na Atenção Básica, já que é por onde comumente os atendimentos de pré-natal são realizados. Essa escassez pode ocorrer devido a falta de preocupação da academia a respeito do tema, como também pode ser reflexo da marginalização dos surdos na sociedade majoritariamente falante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Karolina Rodrigues; SOBRINHO, Jennifer Lis Gomes. **Dificuldades na comunicação com portadores de deficiência auditiva**. UNICEPLAC. Brasília – DF, 2019. Disponível em:

https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/75/1/Jennifer%20Sobrinho_0000200.pdf. Acesso em: 24. mai. 2023.

ALENCASTRO, Mariana Isidoro de. Surdez: conceitos, causas e políticas de prevenção. *In* PLINSKI, Rejane Regina Koltz et al. **LIBRAS**. Sagah. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. p. 23. [recurso eletrônico]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 13. abr. 2023.

CIVIL, Casa. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília–DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 24. mai. 2023.

COFEN. **Resolução do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN Nº 564/2017**.

Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em 13. de abr. de 2023.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 583-597, 2005.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xSDKJ9rNyNk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24. mai. 2023.

FERREIRA, Dayana Roberta da Conceição et al. Assistência à gestante surda: barreiras de comunicação encontradas pela equipe de saúde. **Saúde em Redes**, v. 5, n. 3, p. 31-42, 2019. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2234>. Acesso em: 24. mai. 2023.

OLIVEIRA, Yasmin Pietra; QUEIROZ, Girlene Aparecida. O papel do enfermeiro frente a assistência ao surdo: a área da saúde como fator de inclusão. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2019. Disponível em: http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/0QYNUDrkFAKaGrI_2020-7-23-19-13-12.pdf. Acesso em: 24. mai. 2023.

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina Rebello. Técnicas de Intervenção. *In*: QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais**. Porto Alegre. Artmed Editora, 2009.

RODRIGUES, Isadora Araujo et al. Percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério. **Revista Contexto & Saúde**, v. 22, n. 46, p. e12532-e12532, 2022. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/12532>. Acesso em: 24. mai. 2023.

SILVA, Kátia; CARDOSO, Wellen; FERREIRA, Josenilson. A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE ÀS MULHERES SURDAS NO PRÉ-NATAL1. 2019. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/323/Katia%20e%20WELLEN%20LUZ%20OKOK.docx%20-%20Documentos%20Google.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24. mai. 2023.

SURDEZ. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/surdez>. Acesso em: 25. abr. 2023.

VIEIRA, Kamila Araujo; DE BRITO, Fabrícia Corrêa; FERNANDES, Marcos Vinicius Costa. O cenário da assistência de enfermagem frente aos pacientes surdos: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 5, p. e7446-e7446, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7446/4783>. Acesso em: 24. mai. 2023.